

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas  
Submetemos a sua apreciação as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 1998, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e Parecer dos Auditores Independentes.  
Apresentamos um resultado negativo de R\$ 44,5 milhões, fortemente impactado por uma

retração em nossas margens de vendas e pelos elevados índices de inadimplência no mercado, com o aumento de falências e concordatas, que consequentemente elevaram os nossos custos financeiros.  
Este quadro nos obrigou a reduzir o nível de investimentos para R\$ 10,1 milhões. As dificuldades enfrentadas teriam sido maiores não fora o apoio recebido de nossos

clientes, fornecedores e parceiros financeiros, aos quais manifestamos o nosso agradecimento.  
Aos funcionários nossos agradecimentos pela dedicação e pelo muito que fizeram para plantar bases sólidas para melhores e crescentes resultados em futuro próximo.  
A ADMINISTRAÇÃO

### BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1998 E 1997 (Em milhares de reais)

ATIVO	Controladora		Consolidado		PASSIVO	Controladora		Consolidado	
	1998	1997	1998	1997		1998	1997	1998	1997
	CIRCULANTE								
Disponibilidades	1.089	2.681	2.734	4.084	CIRCULANTE	46.305	42.105	63.813	48.532
Aplicações financeiras	77.872	32.013	82.856	32.034	Fornecedores	54.897	56.981	120.334	111.828
Contas a receber de clientes	97.283	66.255	117.270	87.071	Empréstimos e financiamentos	11.358	10.218	11.883	11.027
Estoques	43.467	47.240	80.147	69.703	Remunerações, salários e encargos	9.498	2.387	10.363	3.208
Impostos a recuperar	11.567	8.595	15.157	11.064	Provisões	2.736	2.572	3.258	3.800
Outros créditos	2.769	2.944	3.997	4.393	Empresa controladora	39.645	11.976	39.645	11.976
	<u>234.047</u>	<u>159.728</u>	<u>302.161</u>	<u>208.349</u>	Outras contas a pagar	4.403	6.951	6.457	8.778
					Imposto de renda e contribuição social	-	-	253	1.153
						<u>168.842</u>	<u>133.190</u>	<u>256.006</u>	<u>200.302</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO									
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22.779	18.019	24.822	19.501	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	18.116	38.198	23.184	48.030
Depósitos judiciais e cauções	3.295	3.043	4.126	3.502	Empréstimos e financiamentos	78.205	16.892	66.786	-
Outros créditos	1.490	1.205	1.797	1.458	Empresas controladas	23.532	14.728	24.684	15.015
	<u>27.564</u>	<u>22.267</u>	<u>30.745</u>	<u>24.461</u>	Provisão para contingências	3.837	3.861	3.837	3.861
					Imposto de renda e contribuição social diferidos	123.690	73.679	118.491	66.906
PERMANENTE									
Investimentos	35.968	30.119	10.784	7.809	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	187.500	165.000	187.500	165.000
Imobilizado	125.318	134.940	161.220	167.223	Capital social	114	-	114	-
Diferido	21.677	30.858	21.707	30.933	Reserva de capital	7.929	7.984	7.929	7.984
	<u>182.963</u>	<u>195.917</u>	<u>193.711</u>	<u>205.965</u>	Reserva de reavaliação	106	106	630	106
	<u>444.574</u>	<u>377.912</u>	<u>526.617</u>	<u>438.775</u>	Reservas de lucros	(106)	(106)	(106)	(106)
					Ações em tesouraria	(43.501)	(1.941)	(43.947)	(1.417)
					Prejuízos acumulados	152.042	171.043	152.120	171.567
						<u>444.574</u>	<u>377.912</u>	<u>526.617</u>	<u>438.775</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1998 E 1997 (Em milhares de reais)

	Capital social		Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Reservas de lucros						
	realizado	de capital	Incentivos fiscais								
	Capital social	do imposto de renda	Bens próprios	Aumento de capital	Para investimentos	A realizar	Legal	Ações em tesouraria	Prejuízos acumulados	Total	
Saldos em 1º de janeiro de 1997	145.000	228	8.047	12.000	8.825	2.523	1.634	(106)	-	178.151	
Capitalização de reservas de lucros - AGO de 25 de abril de 1997	14.540	-	-	(12.000)	(2.540)	-	-	-	-	5.460	
Integralização de capital em dinheiro - AGE de 15 de julho de 1997	5.460	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(82)	-	-	-	-	-	-	-	
Subsídio para investimentos	-	1.107	-	-	-	-	-	-	82	1.107	
Imposto de renda sobre reserva de reavaliação	-	-	19	-	-	-	-	-	(194)	(194)	
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(13.481)	(13.481)	
Compensação do prejuízo com reservas	-	(1.335)	-	-	(6.285)	(2.523)	(1.528)	-	11.671	-	
Saldos em 31 de dezembro de 1997	165.000	-	7.984	-	-	106	(106)	(106)	(1.941)	171.043	
Integralização de capital em dinheiro - AGE de 25 de junho de 1998	22.500	-	-	-	-	-	-	-	-	22.500	
Subsídio para investimentos	-	114	-	-	-	-	-	-	-	114	
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(80)	-	-	-	-	-	80	-	
Imposto de renda sobre reserva de reavaliação	-	-	25	-	-	-	-	-	-	25	
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(41.640)	(41.640)	
Saldos em 31 de dezembro de 1998	<u>187.500</u>	<u>114</u>	<u>7.929</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>106</u>	<u>(106)</u>	<u>(43.501)</u>	<u>152.042</u>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1998 E 1997 (Em milhares de reais)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**  
A Companhia e suas controladas integrais têm por objetivo a fabricação, importação e comercialização no País e no exterior de fogões, depuradores de ar, lava-roupas, lava-louças, fornos elétricos e de microondas, refrigeradores domésticos, secadoras, "freezers" comerciais e máquinas automáticas de vendas.  
A partir de setembro de 1997 foi iniciada a produção de refrigeradores e "freezers" domésticos na nova planta industrial na cidade de Hortolândia no Estado de São Paulo.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

**Descrição das principais práticas contábeis**

**a. Aplicações financeiras**  
Registradas ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado.

**b. Provisão para devedores duvidosos**  
Constituída com base na análise dos créditos, sendo considerada suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização do contas a receber.

**c. Estoques**  
Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção que não excede o preço de mercado.

**d. Investimentos**  
Os investimentos em empresas controladas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os demais foram avaliados pelo custo, corrigido até 31 de dezembro 1995, deduzido de provisão para desvalorização. O ágio originado na aquisição da controlada Coldex S.A. teve como fundamento a sua rentabilidade futura e está sendo amortizado com base na geração de lucros da controlada.

**e. Imobilizado**  
Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção (inclusive juros e demais encargos financeiros), acrescido de reavaliação espontânea e corrigido monetariamente até 1995. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em conta o tempo de vida útil dos bens. Os juros decorrentes de financiamentos de bens da unidade de Hortolândia foram capitalizados em 1997 e estão sendo depreciados no mesmo prazo da vida útil dos bens originais.

**f. Diferido**  
Registrado ao custo de aquisição e formação, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. Está sendo amortizado num prazo de 5 anos.

**g. Reserva de reavaliação**  
Constituída em 1993, está sendo realizada contra lucros acumulados pelo mesmo montante da depreciação dos bens reavaliados. Os tributos incidentes sobre a reserva foram creditados no exigível a longo prazo.

**h. Direitos e obrigações**  
Atualizados à taxa de câmbio ou índice de correção monetária e juros, nos termos dos contratos vigentes, de modo a refletir os valores incorridos até a data do balanço.

**i. Imposto de renda e contribuição social**  
O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% sobre o excedente de R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 8% sobre o lucro contábil ajustado, conforme legislação em vigor.  
O imposto de renda e contribuição social diferidos, apresentados no realizável a longo prazo, referem-se a despesas apropriadas no resultado, indeducíveis temporariamente, a prejuízos acumulados de anos anteriores e aos efeitos da Lei nº 8.200/91. A parcela do exigível a longo prazo corresponde à reserva de reavaliação.

**3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**  
As demonstrações financeiras consolidadas apresentam os saldos das contas da BS Continental S.A. - Utilidades Domésticas e todas as empresas direta ou indiretamente controladas, conforme demonstrado na Nota 6. O exercício social das controladas incluídas na consolidação é o mesmo da controladora.  
Para efeito da consolidação das demonstrações financeiras, foram eliminados os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das investidas. Os saldos ativos e passivos, as receitas e despesas e os lucros não realizados são decorrentes de operações entre as empresas consolidadas. As controladas adotam práticas contábeis uniformes às da controladora.  
A conciliação do prejuízo do exercício e do patrimônio líquido está demonstrada a seguir:

	1998		1997	
	Prejuízo do exercício	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício	Patrimônio líquido
Controladora	(41.640)	152.042	(41.640)	152.042
Eliminação do resultado auferido nas operações entre controladora e controladas	(2.905)	78	(2.905)	78
Consolidado	<u>(44.545)</u>	<u>152.120</u>	<u>(44.545)</u>	<u>152.120</u>

### 4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	1998	1997	1998	1997
No País:				
Controladas	1	142	-	-
Terceiros	120.093	85.689	156.741	133.093
	<u>120.094</u>	<u>85.831</u>	<u>156.741</u>	<u>133.093</u>
No exterior:				
Controladas	8.637	5.481	-	-
Terceiros	30.585	15.484	30.585	15.484
	<u>39.222</u>	<u>20.965</u>	<u>30.585</u>	<u>15.484</u>
Saques descontados	(22.039)	(14.637)	(22.039)	(19.141)
Provisão para devedores duvidosos	(39.994)	(25.904)	(48.017)	(42.365)
	<u>97.283</u>	<u>66.255</u>	<u>117.270</u>	<u>87.071</u>

### 5. ESTOQUES

	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	1998	1997	1998	1997
Produtos acabados	18.103	14.743	26.196	20.285
Produtos em elaboração	3.127	4.176	3.650	5.462
Matérias-primas e componentes	17.463	17.083	33.799	30.017
Importações em andamento	2.601	9.686	13.545	11.927
Material secundários e outros	2.173	1.552	2.957	2.012
	<u>43.467</u>	<u>47.240</u>	<u>80.147</u>	<u>69.703</u>

### 6. INVESTIMENTOS

	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	1998	1997	1998	1997
Empresas controladas	25.193	22.319	-	-
Ágio originado na aquisição de controlada	10.730	7.755	10.730	7.755
Incentivos fiscais e outros	1.387	1.387	1.488	1.488
Provisão para desvalorização	(1.342)	(1.342)	(1.434)	(1.434)
	<u>35.968</u>	<u>30.119</u>	<u>10.784</u>	<u>7.809</u>

### DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1998 E 1997 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	1998	1997	1998	1997
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	615.901	541.255	702.257	623.834
DEDUÇÕES				
Impostos incidentes sobre vendas	(92.897)	(82.449)	(98.732)	(91.621)
Devoluções e abatimentos	(11.803)	(9.937)	(17.431)	(12.071)
	<u>(104.700)</u>	<u>(92.386)</u>	<u>(116.163)</u>	<u>(103.692)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	511.201	448.869	586.094	520.142
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	(422.882)	(370.431)	(477.622)	(420.578)
LUCRO BRUTO	88.319	78.438	108.472	99.564
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS				
Vendas	(71.447)	(74.132)	(78.477)	(83.949)
Administrativas e gerais	(12.800)	(12.358)	(18.370)	(16.741)
Honorários dos administradores	(1.820)	(1.400)	(1.823)	(1.435)
Receitas financeiras	19.128	20.919	20.309	23.454
Despesas financeiras	(40.637)	(28.634)	(46.533)	(32.378)
Resultado de equivalência patrimonial	2.732	5.139	-	-
Outras (despesas) receitas operacionais	(3.444)	(1.407)	(866)	2.726
	<u>(108.288)</u>	<u>(91.873)</u>	<u>(125.760)</u>	<u>(108.323)</u>
PREJUÍZO ANTES DAS PROVISÕES E AMORTIZAÇÕES	(19.969)	(13.435)	(17.288)	(8.759)
(CONSTITUIÇÃO) REVERSÃO DE PROVISÕES E DIFERIDO				
Devedores duvidosos	(15.490)	(9.051)	(17.511)	(12.228)
Amortização do diferido	(3.706)	(4.197)	(3.752)	(4.239)
Processos fiscais	(7.818)	13.392	(8.503)	13.392
PREJUÍZO OPERACIONAL	(46.983)	(13.291)	(47.054)	(11.834)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	374	192	(2.574)	559
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(46.609)	(13.099)	(49.628)	(11.275)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	4.969	(382)	5.083	(1.400)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>(41.640)</u>	<u>(13.481)</u>	<u>(44.545)</u>	<u>(12.675)</u>
PREJUÍZO POR LOTE DE MIL AÇÕES DO CAPITAL SOCIAL NO FIM DO EXERCÍCIO - R\$	(4,81)	(2,10)	-	-
QUANTIDADE DE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO (MILHARES)	<u>8.661.822</u>	<u>6.411.822</u>	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1998 E 1997 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	1998	1997	1998	1997
ORIGENS DE RECURSOS				
Das operações				
Prejuízo líquido do exercício	(41.640)	(13.481)	(44.545)	(12.675)
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante				
Depreciação e amortização	26.577	17.920	27.302	20.938
Constituição (reversão) da provisão para contingências	8.804	(12.627)	9.669	(12.407)
Redução do investimento em coligada	-	11.259	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(2.732)	(5.139)	-	-
Valor residual do ativo permanente baixado	2.286	3.246	2.346	4.362
Amortização de ágio em coligada	537	2.321	-	-
Dividendos de empresas controladas	159	287	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.760)	34	(5.320)	(283)
Variações monetárias e cambiais líquidas do longo prazo	2.802	(245)	3.259	33
Recursos originados das operações	<u>(7.967)</u>	<u>3.575</u>	<u>(7.289)</u>	<u>(32)</u>
De acionistas				
Aumento de capital	22.500	5.460	22.500	5.460
De controladas, terceiros e outras				
Aumento do exigível a longo prazo:				
Financiamentos de terceiros	18.498	38.306	23.229	50.872
Empresas controladas	58.211	-	63.783	-
Incentivos fiscais	-	-	2.459	-
Subsídio para investimentos	114	1.107	114	1.107
Redução do realizável a longo prazo	-	253	-	127
TOTAL DAS ORIGENS	<u>91.356</u>	<u>48.701</u>	<u>104.796</u>	<u>57.534</u>
APLICAÇÕES DE RECURSOS				
Investimentos	3.514	10.508	2.977	7.764
Imobilizado	9.759	54.695	14.318	86.736
Diferido	301	18.710	301	18.726
Transferência do exigível a longo prazo para o circulante	38.580	15.853	48.144	12.528
Aumento do realizável a longo prazo	535	-	948	-
TOTAL DAS APLICAÇÕES	<u>52.689</u>	<u>99.766</u>	<u>66.688</u>	<u>125.754</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE	<u>38.667</u>	<u>(51.065)</u>	<u>38.108</u>	<u>(68.220)</u>
VARIAÇÕES DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO				
Ativo circulante				
No fim do exercício	234.047	159.728	302.161	208.349
No início do exercício	159.728	160.126	208.349	191.094
	<u>74.319</u>	<u>(398)</u>	<u>93.812</u>	<u>17.255</u>
Passivo circulante				
No fim do exercício	168.842	133.190	256.006	200.302
No início do exercício	133.190	82.523	200.302	114.827
	<u>35.652</u>	<u>50.667</u>	<u>55.704</u>	<u>85.475</u>

**BS CONTINENTAL S.A. UTILIDADES DOMÉSTICAS** – COMPANHIA ABERTA – C.G.C./M.F. Nº 60.736.279/0001-06

**a. Participação em empresas controladas**

	Quantidade de ações/quotas (mil)	Participação			Valor do investimento	Resultado do exercício	Equivalência patrimonial	
		Direta %	Indireta %	Patrimônio líquido			1998	1997
BS Continental do Nordeste S.A.	1.000.000	100,00	-	10.616	10.616	(2.080)	134	1.208
BS Continental da Amazônia Ltda.	1	100,00	-	6.104	6.104	670	915	(125)
Grupo Interdom S.A. de C.V. (México)	5.639	1,00	99,00	3.972	40	860	9	9
Briky S.A. (Uruguai)	1	100,00	-	5.139	5.139	1.129	1.129	1.833
Coldex S.A. (Peru)	61.968	100,00	-	3.290	3.290	545	545	2.214
Outras sociedades controladas	-	-	-	-	4	-	-	-
					25.193	-	2.732	5.139

As demonstrações financeiras das controladas do exterior foram convertidas para reais pela taxa de câmbio em vigor em 31 de dezembro de 1998.

**b. Transações com partes relacionadas**

	BS Continental do Nordeste S.A.		Grupo Interdom S.A. de CV		Coldex S.A.		BS Continental da Amazônia Ltda.		Briky S.A.		Total	
	1998	1997	1998	1997	1998	1997	1998	1997	1998	1997	1998	1997
Contas a receber de clientes	1	142	6.216	3.637	2.421	1.844	-	-	-	-	8.638	5.623
Fornecedores	4	-	10	-	2	-	3	-	247	193	266	193
Empréstimos de mútuo	(979)	(3.423)	12	-	(139)	24	(10.292)	(13.466)	-	-	(11.398)	(16.865)
Receitas de vendas e outras	3.549	23.508	6.937	5.353	7.564	3.428	5	27	5	18.055	32.321	
Compras	126	171	11	-	77	-	436	2.728	-	-	650	2.899
Despesas corporativas e outras	140	2.736	-	-	-	-	2.176	2.040	1.031	2.316	5.807	

As transações comerciais com partes relacionadas foram efetuadas em condições normais de mercado.

Os empréstimos de longo prazo vencem como segue:

Vencimentos	Controladora	Consolidado
2000	11.731	15.619
2001	4.325	5.131
2002	2.060	2.434
	18.116	23.184

**10. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS**

	Controladora	Consolidado
Processos trabalhistas	7.250	4.796
Processos fiscais	15.066	7.451
Outras provisões	1.216	2.481
	23.532	14.728

Os processos encontram-se em andamento nas esferas administrativas e judiciais e as provisões foram constituídas com base na opinião dos assessores legais da Companhia e suas controladas.

**11. DEBÊNTURES**

Correspondem à emissão, em 1983, de 3.245 debêntures simples, conversíveis em ações preferenciais, com valor nominal unitário de 692 UFIRs, sendo a correção monetária computada no primeiro dia de cada mês, e os juros, exigíveis semestralmente em 1º de março e 1º de setembro de cada ano.

A Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de fevereiro de 1997 deliberou a prorrogação do prazo de vencimento das debêntures de 1º de março de 1997 para 1º de março de 2000. As demais condições foram mantidas inalteradas.

Em 31 de dezembro de 1998, a totalidade das debêntures permanecia em carteira.

**12. CAPITAL SOCIAL, DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES**

O capital social é representado por 4.437.684 mil ações ordinárias e 4.226.523 mil ações preferenciais, nominativas, sem valor nominal. As ações preferenciais não têm direito a voto e gozam de prioridade na distribuição de dividendos e reembolso de capital, sem prêmio.

A Companhia mantém 2.385.200 ações preferenciais em tesouraria, cujo valor total de mercado na data do balanço era de aproximadamente R\$ 18.

Aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício, um dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, calculado nos termos do art. 202 da Lei das Sociedades Anônimas.

**Participações dos administradores**

Os estatutos da Companhia prevêem a participação facultativa dos administradores, em até 10% no lucro do exercício, a ser calculada após a distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 1998 e de 1997, essa participação não foi apropriada.

**13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

	Controladora	Consolidado
Imposto de renda e contribuição social diferidos -		
Efeito no resultado	4.969	5.083
Variação dos impostos diferidos:		
Realizável a longo prazo	(4.760)	(5.320)
Lucro da exploração	-	204
Antecipações	-	5
Reversão de provisões	(209)	(225)
A pagar	-	(253)

**14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS**

a. Tributos diferidos - Realizável a longo prazo	Controladora		Consolidado	
	1998	1997	1998	1997
Adições temporárias	12.905	9.257	14.441	10.368
Prejuízo fiscal em 1992	1.479	1.495	1.479	1.495
Lei nº 8.200/91	3.345	3.361	3.345	3.361
Contribuição social	5.050	3.906	5.557	4.277
	22.779	18.019	24.822	19.501

**b. Tributos diferidos - Exigível a longo prazo**

	Controladora		Consolidado	
	1998	1997	1998	1997
Reserva de reavaliação	3.837	3.861	3.837	3.861

**15. PREJUÍZOS FISCAIS A COMPENSAR**

Em 31 de dezembro de 1998, a controladora possuía prejuízos fiscais a compensar sobre os seguintes valores-base:

	R\$	
a. Prejuízos fiscais apurados até o exercício de 1998		29.006
b. Base negativa de contribuição social		29.209

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais gerados a partir do exercício de 1995, sem prazo de prescrição.

**16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

**17. AVAIS E OUTRAS RESPONSABILIDADES**

A Companhia possuía em 31 de dezembro de 1998 e 1997 responsabilidade com diversos bancos decorrentes de operações de vendor nos valores de:

	Controladora		Consolidado	
	1998	1997	1998	1997
Bancos - Operação vendor	103.843	64.397	110.296	78.924

**18. COBERTURA DE SEGUROS**

Em 31 de dezembro de 1998, a Empresa possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e para os estoques, por valores considerados suficientes para cobrir eventuais perdas, considerando a natureza da sua atividade e a opinião dos seus assessores de seguros.

**19. ADEQUAÇÃO DOS SISTEMAS ELETRÔNICOS (ANO 2000) - (NÃO AUDITADA)**

Com a proximidade do ano 2000 surge a possibilidade de os sistemas informatizados gerarem impactos restritivos nas operações das empresas. Essa possibilidade surge porque muitos desses sistemas utilizam apenas 2 dígitos, ao invés de 4, para identificarem o campo relativo ao ano. Sistemas sensíveis a datas podem reconhecer o ano 2000 como 1900 ou até outro ano, resultando em incorreções quando informações que utilizarem datas do ano 2000 ou posteriores forem processadas. Seus efeitos podem surgir antes, durante ou após o dia 1º de janeiro de 2000. Considerando a complexidade desse assunto, não é possível assegurar que todos os aspectos relacionados ao ano 2000, incluindo-se aqueles relativos aos esforços de clientes, fornecedores ou outros terceiros, estarão totalmente resolvidos.

A Empresa efetuou uma análise dos riscos potenciais envolvendo essa questão, tendo dividida a empresa em 3 grandes módulos para análise: Estrutura da empresa, Operacional da empresa e Resultados da empresa.

Em decorrência desta análise, a Empresa desenvolveu um plano corretivo que contempla as atividades de revisão de todos os sistemas informatizados, preparando um ambiente-teste com equipamentos adicionais.

Não temos identificado nenhum risco ou efeito negativo envolvendo os nossos negócios e operações.

As atividades de conversão dos sistemas internos estão em andamento e os processos e respectivos testes estão previstos para serem concluídos até 30 de junho de 1999.

Os gastos incorridos foram classificados em despesas operacionais e ativados conforme o caso.

A composição destes gastos e as estimativas de gastos futuros estão demonstradas a seguir:

	1998	1999	Total
Mão-de-obra	176	127	303
Compra de softwares	105	174	279
Serviços de terceiros	130	122	252
Total	411	423	834

**20. EVENTO SUBSEQÜENTE**

**Mudança na política cambial do Banco Central do Brasil**

Como é de conhecimento público, no final da 1ª quinzena de janeiro de 1999, o Banco Central do Brasil alterou a política cambial extinguindo a denominada banda cambial pela qual administrava a margem de flutuação do real em relação ao dólar norte-americano, deixando ao mercado a livre negociação da taxa do câmbio. Como consequência dessa mudança, o real acumulou, até 29 de janeiro de 1999, uma desvalorização de, aproximadamente, 39% em relação ao dólar norte-americano comparada à cotação de 31 de dezembro de 1998.

Se esta desvalorização tivesse ocorrido em 31 de dezembro de 1998, o impacto no patrimônio líquido e no prejuízo líquido daquele exercício teria sido uma redução e um aumento de R\$ 92.817, respectivamente.

**PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

À Diretoria e Acionistas da BS Continental S.A. - Utilidades Domésticas - São Paulo - SP

Examinamos os balanços patrimoniais da BS Continental S.A. - Utilidades Domésticas e os balanços patrimoniais consolidados dessa Empresa e suas controladas levantados em 31 de dezembro de 1998 e 1997 e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela

administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BS Continental S.A. - Utilidades Domésticas e a posição patrimonial e financeira consolidada dessa Empresa e suas controladas em 31 de dezembro de 1998 e 1997, os resultados de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária.

29 de janeiro de 1999

**KPMG** Peat Marwick  
CRC 2SP014428/O-6

Adelino Dias Pinho  
Contador  
CRC 1SP097869/O-6

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

HERMANN HEINEMANN WEVER – Presidente ROLF LEEVEN – Vice-Presidente  
SÉRGIO BARCELLOS SILVEIRA – Conselheiro

**DIRETORIA**

SÉRGIO BARCELLOS SILVEIRA – Diretor Presidente LUIZ EDUARDO MOREIRA CAIO – Diretor  
RONALD REEVE GUNN – Diretor Vice-Presidente PABLO BLAS MARTIN – Diretor  
e de Relações com o Mercado LUIZ CARLOS PITON – Diretor

FERNANDO DE JESUS TROEIRA  
Contador - CRC 1SP092690/O-6